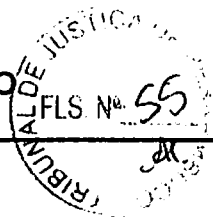




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 00004811-09.2010.8.17.0000 (0211165-7)

016

COMARCA: SÃO CAETANO – PE

IMPETRANTE: ROBERTO H. T. DE VASCONCELOS

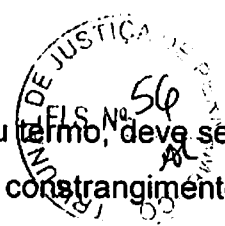
PACIENTE: LUIZ GERONIMO DOS SANTOS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE, NA MODALIDADE TER EM DEPÓSITO, ART. 14, DA LEI 10.826/03 E PARÁGRAFO 3º DO ART. 180 DO CP. INDÍCIO DE AUTORIA. MATERIALIDADE. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. FEITO TRAMITA COM RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. **ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Instrução e julgamento nos feitos relativos a entorpecentes acontece em audiência única e se submete a Lei nº 11343/06, observado um juízo de razoabilidade, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da CF/88.
2. Expedição de cartas precatórias para realização dos atos processuais justifica eventual retardo na instrução do feito e demonstra que o juiz *a quo* conduz o feito com celeridade.

3. Prazo não é grandeza matemática que se possa precisar o seu termo, deve ser visto com flexibilidade, quando justificado não caracteriza constrangimento ilegal. *In casu*, o rito processual atende ao princípio da razoabilidade.
4. Evidência que o caso em tela não comporta o benefício da liberdade provisória. Vedação contida no art. 44, da Lei nº 11.343/06, proíbe a concessão do benefício.
5. Ordem denegada.



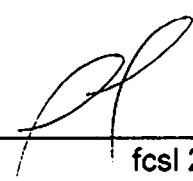
017

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 00004811-09.2010.8.17.0000 (0211165-7), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

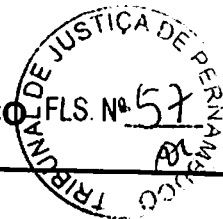
Recife, 1º de junho de 2010.

  
DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI  
Presidente/relator

  
fcs12



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 00004811-09.2010.8.17.0000 (0211165-7)

COMARCA: SÃO CAETANO – PE

018

IMPETRANTE: ROBERTO H. T. DE VASCONCELOS

PACIENTE: LUIZ GERONIMO DOS SANTOS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

**RELATÓRIO**

Trata-se ordem de *habeas corpus* com pedido liminar impetrada pelo advogado ROBERTO H. T. DE VASCONCELOS em favor de LUIZ GERONIMO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o juiz de Direito da comarca de São Caetano, alegando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Ao final, pugna pela expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem alegando que o paciente foi preso em flagrante no dia 02 de abril do ano em curso (2010), por violação ao art. 33 da lei antidrogas, art. 14 da lei 10.826/03 e ao parágrafo 3º do art. 180 do CP. Aduz excesso de prazo para encerramento da instrução do processo. Posto que decorrido quase um ano desde a prisão não há culpa formada. Evidencia configurado o constrangimento ilegal. Enfatiza que a defesa não contribuiu para a demora.

Instruem o pedido os documentos de fls 09/21.

O pedido liminar foi indeferido as fls 29/30.

A autoridade indicada coatora prestou informações as fls 37/39.

A Douta Procuradoria de Justiça opina as fls 45/52 pela denegação da ordem.

**É O RELATÓRIO.**

  
fcsi



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 00004811-09.2010.8.17.0000 (0211165-7)

COMARCA: SÃO CAETANO – PE

019

IMPETRANTE: ROBERTO H. T. DE VASCONCELOS

PACIENTE: LUIZ GERONIMO DOS SANTOS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,  
Sr.(a) Procurador(a).

Cuida-se de ordem de *habeas corpus* impetrada pelo bel. ROBERTO H. T. DE VASCONCELOS em favor de LUIZ GERÔNIMO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o juiz de Direito da comarca de São Caetano, objetivando a concessão de *writ* determinando-se a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

De acordo com a impetração o paciente encontra-se preso desde o dia 02 de abril de 2009, por violação ao art. 33 da lei antidrogas, art. 14 da lei 10.826/03 e ao parágrafo 3º do art. 180 do CP. Aduz excesso de prisão, pois decorrido quase um ano a instrução do processo ainda não foi encerrada. Afirma que a mora processual não foi provocada pelo paciente. Ressalta que o excesso de prisão causa constrangimento ilegal ao paciente, além de afrontar ao princípio da razoabilidade.

De acordo com as informações prestadas pela autoridade apontada coatora, o paciente foi preso em flagrante no dia 02/04/2009, em cumprimento a um mandado de busca e apreensão na residência deste. Além de um revólver calibre 38, especial, da marca Taurus foi encontrada também uma porção de trinta gramas a substância entorpecente conhecida como maconha.

Informa, que o paciente foi processado por crime de homicídio, levado a Júri Popular, restou condenado. Informa, que em duas oportunidades designou audiência que não se realizaram em virtude de as testemunhas do processo e da defesa não terem comparecido ao ato. Assim, determinou expedição de cartas precatórias para interrogatório do paciente e inquirições das referidas testemunhas. Esclarece que existem muitos processos de réus presos por crime de entorpecentes, pois como é sabido em São Caetano ocorrem muitas apreensões de drogas e prisões de traficantes.

020

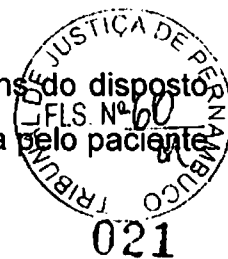
A d.ª Procuradoria de Justiça observa que o processo tramita regularmente, e, apesar de a instrução do processo não ter sido ainda concluída não há excesso de prazo. Verifica que o juiz *a quo* determinou expedição de cartas precatórias para realização dos atos processuais, o que justifica eventual retardo na instrução do feito. Evidencia que o caso em tela não comporta o benefício da liberdade provisória. Opina pela denegação da ordem.

Como se sabe, o procedimento relativo ao tráfico de drogas é previsto nos arts. 55 a 58, da Lei nº 11.343/06. No âmbito da lei de drogas os atos do processo são concentrados em audiência única, e o paciente depois de notificado apresentará a defesa prévia escrita no prazo assinado. Recebendo a denúncia o juiz designará data para audiência de instrução e julgamento.

O crime imputado ao paciente é de ação múltipla, isto é, possui (18) núcleos configuradores da ação delituosa. E a denúncia descreve a conduta descrita praticada pelo paciente, insere no tipo penal na modalidade ter em depósito drogas para fins de tráfico ilícito, do art. 33, caput, da lei antidrogas.

Dando cumprimento ao mandado de Busca e Apreensão os policiais lograram encontrar também um revólver calibre 38, especial, da marca Taurus, arma de fogo de uso permitido, porém o paciente não dispunha de autorização de porte nem possuía registro dita arma de fogo. Desta maneira, foi preso em flagrante por manter sob sua guarda, arma de fogo devidamente municiada, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, cuja pena é reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.

É indiferente comercialização da droga para fins do disposto no art. 33 dessa lei, pois no momento da prisão a conduta praticada pelo paciente consistiu em ter em depósito drogas para fins de tráfico ilícito



No tocante a liberdade provisória, o inciso XLIII do art. 5º, da CF/88, estabelece que o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins a lei considerará crimes inafiançáveis, evidenciando que a liberdade provisória não pode ser concedida. Com isso, o pleito do impetrante não deve ser atendido porquanto a vedação expressa do art. 44 da Lei nº 11.343/06, proíbe a concessão de liberdade provisória a autores de crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

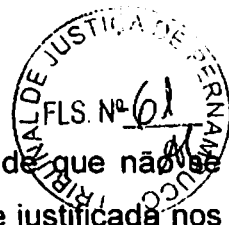
Na linha do entendimento da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, "a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5.º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais". HC 134167/GO, relator Min. JORGE MUSSI, julgado em 03/11/2009.

Portanto, não deve prosperar a pretensão do impetrante já que a vedação contida no art. 44, da Lei nº 11.343/06, proíbe a concessão do benefício. Além disso, a inafiançabilidade do crime imputado ao paciente evidencia que a liberdade provisória não pode ser concedida.

Com isso, não se vislumbra qualquer constrangimento ilegal ao direito de locomoção do paciente decorrente da manutenção da prisão deste, pois o feito tramita com regularidade e a demora encontra-se justificada.

Como se sabe, prazo não decorre de mera soma aritmética. A demora na formação da culpa só caracteriza excesso de prazo quando não justificado. Deve-se aferir de acordo com critérios de razoabilidade. No caso dos autos, o feito tramita regularmente. O prazo processual não é fatal nem peremptório, mas deve ser visto com flexibilidade.

fesl



O entendimento jurisprudencial é no sentido de que não se configura excesso de prazo quando a demora estiver devidamente justificada nos autos (RT, 538/461, 556/425, 604/382 e 622/310). Nesse contexto, observa-se que a custódia cautelar imposta ao paciente se amolda à sistemática do ordenamento jurídico pátrio.

022


Vale ressaltar que no tocante ao excedimento do prazo processual, o juiz a quo determinou expedição de cartas precatórias para oitiva e inquirição do paciente e das testemunhas do rol da denúncia e da defesa, localizadas noutras comarcas.

Conforme se verifica numa consulta ao sistema de informação Judwin deste Tribunal de Justiça, onde se observa que o magistrado determina que se aguarde a devolução das Cartas Precatórias expedida às comarcas de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Pesqueira, respectivamente.

Ora, pelo que se verifica, o retardo da instrução do processo não foi causado pelo juiz a quo como afirmado pela defesa, que num esforço de celeridade determinou a expedição das precatórias para agilizar a prestação jurisdicional. Assim, observa-se que a demora na formação da culpa encontra-se justificada, pelo que não se pode atribuir ao juiz a falta de atenção no prazo processual.

Posto isso, não se vislumbra qualquer constrangimento ilegal ao direito de liberdade do paciente, foi necessária a expedição de precatórias a outros Juízos para oitiva do paciente e inquirição de testemunhas do processo e da defesa. Além do que, a concessão de liberdade provisória é vedada pela legislação extravagante, pelo que meu voto é pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

**É COMO VOTO.**

  
fcsi